

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Sérgio Teixeira*

Resumo: Este artigo tem a finalidade de investigar as concepções do lazer e da recreação, que faziam parte das discussões da Ed Fís no período militar. É utilizada como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, editada pelo MEC de 1968 a 1984. Partimos da hipótese de que, sendo um veículo oficial, destinava-se a difundir ideais que traduziam os anseios de formação de corpos disciplinados e produtivos, estabelecendo um controle sobre os indivíduos e engendrando estratégias para o bom uso das horas de lazer. Assim, a escola seria uma instituição capaz de formar sujeitos que se inserissem neste modelo social. Denotam-se daí, concepções moralistas e funcionalistas, no que tange às abordagens realizadas sobre o lazer e a recreação.

Palavras-chave: Lazer, recreação e controle social

Abstract: The purpose of this article is to investigate the recreation and leisure concepts that posed the discussions on Physical Education during the military period. The reference material used here is Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, issued by MEC from 1968 to 1984. We believe that, as an official means of communication, this magazine was intended to spread ideas that translated the desire to form productive and disciplined bodies, establishing a control over individuals and developing strategies on the good use of leisure times. The school would then be an institution able to form people that would be inserted in this social model. Moralistic and functionalist conceptions of the approach to leisure and recreation are derived from this notion.

Key words: Leisure, recreation and social control

A respeito da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Por meio dos estudos realizados por Oliveira (2001), nos quais o autor fornece os dados referentes à Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, apresentaremos as características gerais que marcaram a circulação deste periódico, durante a sua vigência.

O primeiro número é editado no ano de 1968, então com o nome de Boletim Técnico Informativo, nomenclatura que perdura até o número oito, em 1969. Em 1970, passa a ser adotado o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, tendo sido

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

publicados sob esta denominação, os números 09 (1970) e 10 (1971)¹. No mesmo ano de 1971 até o ano de 1974, do número 12 ao 24, a nomenclatura é novamente modificada, passando agora a chamar-se Revista Brasileira de Educação Física, para que finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, do número 25 ao 53, a denominação passa a ser Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Para demarcarmos as diferenciações de nomenclatura, optamos pelo mesmo raciocínio de Oliveira. Quando nos referirmos às edições de número 9 ao 53, trataremos apenas por *Revista*, enquanto que do número 1 ao 8, a denominação será *Boletim*.

Em relação à edição da *Revista*, até o ano de 1970, ficou a cargo da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A DEF tem seu nome alterado para Departamento de Educação Física e Desportos (DED) em 1971, sendo que em 1980 há uma nova modificação, passando a se chamar Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED).

A distribuição da *Revista* obedeceu aos seguintes critérios, durante a sua circulação:

“A Revista era apresentada em sua ficha técnica como ‘uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo’. Até o número 10 (1970) foi distribuída com ônus financeiro pelos postos da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). A partir do número 11 (1971) estabeleceu-se o critério de assinatura não gratuita para, a partir do número 47 (1981) ser distribuída gratuitamente. Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, aumentando para 5.000 exemplares a partir do número 6 (1969) e saltando para 50.000 exemplares a partir deste número 47 (1980). O último número (53) da Revista (1984) saiu com uma tiragem de 100.000 exemplares” (Oliveira, 2001:70).

Concluída a apresentação, cabe-nos agora discutir sobre as teorizações a respeito da recreação e do lazer contidas na *Revista* e como elas se inseriam, ou não, em modelos que representaram um momento para o país, traçado pela obstrução às liberdades individuais e repressão a qualquer forma de manifestação que contrariasse os ditames impostos pelo governo militar.

Partimos da hipótese de que a *Revista* trazia consigo ideais que traduziam as expectativas de formação de corpos disciplinados e produtivos e, sendo um veículo oficial, teria em si imbricadas práticas discursivas responsáveis por difundirem a imagem da

¹ Embora Oliveira (2001) diga que a partir de 1971, a denominação passe a ser Revista Brasileira de Educação Física, por meio do sumário elaborado por Ferreira Neto, et al. (2002), verificamos que a edição nº 10 de 1971, ainda possuía o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva. A nomenclatura modifica-se apenas a partir da edição nº 11, também de 1971.

constituição de uma nação forte (Brasil Grande), em busca de seu “desenvolvimento com segurança”.

O nosso estudo será delimitado às abordagens que tratam da recreação e do lazer, especificamente aos direcionamentos dados para a escola, utilizando como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Apesar da predominância do esporte nos artigos publicados na *Revista*², em detrimento de outros eixos temáticos, o material encontrado permite o debate acerca das diretrizes concebidas sobre a recreação e o lazer neste periódico e os seus objetivos.

As práticas corporais no contexto da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

O Regime Militar brasileiro, vivenciado entre os anos de 1964 e 1984, não inaugurou a utilização das práticas corporais como mecanismos de coerção, manipulação e tampouco sobre a produtividade dos sujeitos. Contudo, podemos notar a profusão de discursos democratizantes, ao longo deste período, em que coerentemente com os ideários de salvaguarda da nação e defesa dos interesses dos cidadãos, diante das ameaças comunistas externas e derrocada dos valores morais, implementaram-se políticas direcionadas ao bom uso do “tempo livre”, como instrumentos eficientes na consecução da ordem e controle sociais.

A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos oferece-nos pistas para tentarmos analisar como se encetavam os fatores relacionados à recreação e ao lazer, quanto à sua utilização de conformação dos sujeitos e inserção na lógica de produtividade proposta pelo Regime Militar.

Neste ínterim, os embates denunciados por Oliveira (2001), a respeito de uma corrente esportiva e outra humanista, denotavam uma ruptura interna, mas em nosso entendimento não representavam condutas antagônicas, dado a assunção de posturas que convergiam para o controle e ordenamento social, nas duas correntes.

Os editoriais da *Revista*, em grande parte de autoria de integrantes do corpo militar, enalteciam os feitos governamentais e conclamavam a participação dos professores de Educação Física, através do esporte, na cruzada pela emancipação e soberania do país, o que em certa medida, encontrava eco em artigos de recreação e lazer que continham fortes apelos à integração nacional.

² Oliveira (2001) descreve o número de artigos e a porcentagem com que cada tema é vinculado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Portanto, os anseios das duas correntes no uso das práticas corporais, de qualquer matiz, respondiam ao imaginário de desenvolvimento com segurança colimado pelo Regime Militar.

Controle e ordem social : Pressupostos contidos na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

As discussões estabelecidas sobre a recreação e o lazer, ao longo das edições da *Revista*, propiciam uma análise sobre as concepções que se consubstanciavam naquele momento. Há a prevalência do termo recreação, principalmente quando se trata de seus primeiros números. Neste contexto, o II Seminário de Recreação, organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), foi um importante evento para caracterizar esta época.³

O lazer e a recreação faziam parte de um contexto social amplo e, as suas inserções no âmbito escolar obedeciam a uma lógica de modelação dos sujeitos, que compunha o imaginário de uma nação voltada ao desenvolvimento, a fim de que reinasse o controle e a ordem social e se evitassem quaisquer tipos de questionamentos à sociedade que se pretendia regulamentar.

As práticas corporais, no entender da ABDR, seriam importantes mecanismos para a conscientização da população em torno do lazer e da recreação, como veículos de atividades saudáveis para o bem-estar das pessoas e, as decisões de seu seminário, invocaram um forte apelo às autoridades em favor da construção de espaços públicos (parques especialmente), para atender a esta demanda. Concomitantemente, era necessário atentar-se à preservação das belezas naturais e aos aspectos culturais e turísticos. O processo de urbanização que ocorria no Brasil naquele momento, causava preocupação, e portanto deveria vir acompanhado de atitudes que atenuassem as mazelas provocadas pelo rápido crescimento das cidades, principalmente dos grandes centros, encampando medidas que vislumbassem suprir estas expectativas, inclusive com o envolvimento das empresas particulares que faziam parte destas conjunturas.

³ Organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), o II Seminário de Recreação foi realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de julho de 1971. Os seus resultados foram publicados em forma de artigo na Revista Brasileira de Educação Física, em seu número 11. Ele é dividido em três partes: a primeira é constituída por recomendações acerca do valor da recreação nos países em desenvolvimento, as áreas de recreio e seu papel na comunidade, a recreação nas atividades escolares, formação do recreador e sugestões ao legislativo e ao executivo, para a dotação de infra-estrutura adequada à prática do lazer e da recreação nas cidades. Na segunda e terceira partes são desenvolvidos dois temas relacionados à recreação, tendo como relatores Ethel Bauzer Medeiros e Alfredo Colombo, respectivamente. No artigo é enfatizado que todas as suas resoluções foram recomendadas à Associação Brasileira de Municípios.

A recreação transcendia a educação formal. Ela deveria moldar os indivíduos em todas as suas possibilidades. Coerentemente com esta linha de pensamento, Jayr Jordão Ramos, no artigo - O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador - publicado no *Boletim* número 5, de 1968, discorre sobre a importância do Desporto-Jogo do trabalhador durante as suas horas de lazer, onde autor enaltece as suas vantagens para o bom aproveitamento do “tempo livre”⁴ do trabalhador, aumentado significativamente, ante os avanços alcançados pelo desenvolvimento.

“A diminuição das horas de trabalho e o conseqüente aumento da folga, se não considerados no presente momento, construirão, em futuro próximo, sério problema social de grande complexidade e difícil solução. As horas de lazer, quando mal aproveitadas, são grandes inimigas do trabalhador. Diz bem o adágio popular na sua sabedoria, que a ociosidade é a fonte de todos os vícios”. (Ramos, 1968:64).

Na passagem em que Ramos (1968) utiliza o adágio popular “a ociosidade é a fonte de todos os vícios”, verifica-se que os sujeitos estavam submetidos a fatores sociais, que podiam desviá-los de um caminho em que deveria prevalecer o controle sobre eles. O mau aproveitamento das horas de lazer poderia ser responsável por corromper esta intenção. Porém, Ramos omite em sua fala a lógica capitalista, que produz contingências, nas quais a ociosidade muitas vezes não é opção dos indivíduos, mas um problema decorrente da incapacidade que o mercado tem para absorver toda a mão-de-obra disponível. A este respeito, Marcellino faz uma análise desta questão em particular e, embora o seu objeto de estudo não volte suas atenções sobre as concepções de lazer e recreação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, sua interpretação em relação à ociosidade oferece possibilidades de tecermos críticas ao pensamento de Jayr Jordão Ramos:

*“Dessa forma, o tempo do desempregado, por exemplo não pode ser entendido como **tempo disponível**, mas sim **desocupado**. Não opção por atividade ou contemplação. Não há lazer ou ócio e sim ociosidade. Essa distinção – entre ócio e ociosidade – é importante, na medida que, não ocorrendo no senso comum, tende a lançar sobre o lazer ou ócio os valores negativos da ociosidade. Prevalece a idéia do ‘tempo perdido’, orientada pelos princípios de produtividade e acumulação. Não se percebe o ganho humano desse tempo supostamente perdido”* (Marcellino, 1987:33).

⁴ Em relação ao “tempo livre”, Marcellino (2000), considera que o indivíduo sempre está sujeito às coações ou adequações ao meio em que vive. Desta forma, o autor prefere utilizar a expressão “tempo disponível”. Concordando com este autor, todas as vezes que no corpo de nosso texto vier a expressão “tempo livre”, a colocaremos entre aspas, para realçar o nosso posicionamento contrário à maneira pela qual ela é utilizada.

Talvez não seja coincidência que Ramos (1968) se fundamente em seu artigo, em experiências vivenciadas durante a sua estada em Portugal. É bom dizer que este país vivia também naquela época, sob a égide de uma ditadura, comandada por Antônio de Oliveira Salazar e, os encantamentos do autor, especialmente citando sua pródiga visita à Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho, denotam que os assuntos relacionados ao bom uso do lazer, não se encerravam em discussões estabelecidas dentro do Brasil, mas que as influências externas coabitavam estes debates e, para isso o alinhamento ideológico era essencial para a concretização dos princípios de adequação do trabalhador à uma sociedade que se desenvolvia satisfatoriamente e, assim, o trabalhador deveria ser moldado para pertencer a um mundo ordeiro e disciplinado.

As propostas em torno do lazer e da recreação, como controladores de indivíduos que se adequassem aos modelos sociais impostos, não eram portanto, debates que tinham as suas origens no Brasil, mas faziam parte de discussões mundiais e, levando em consideração que o planeta vivia sob o embate da guerra fria, de um lado o capitalismo e, de outro, o comunismo, num país como o nosso, governado pelos militares, com um sensível alinhamento ideológico aos Estados Unidos, é fácil entender que as discussões estabelecidas pelos teóricos que lidavam com estes temas, alguns dos quais pertencentes aos quadros militares - como é o caso do Jayr Jordão Ramos, que era coronel do Exército - encontravam eco em países que compartilhavam destes ideais, inclusive o Brasil.

As concepções de lazer e recreação da *Revista*, em relação à escola

A destinação de espaços adequados à prática da recreação é bastante evidenciada nas propostas da ABDR. No caso específico da escola, o anseio em dotá-la de uma infra-estrutura adequada era justificado pela necessidade de uma educação voltada à saúde física e mental (corpo e mente), e aos valores éticos e morais, a fim de que, a criança fosse ajustada e moldada de acordo com os interesses da sociedade.

Observa-se no entanto, nas recomendações formuladas pela ABDR, que esta distinção dos espaços a serem adotados para a prática do lazer e da recreação, especialmente nas escolas, era colocada como um fator essencial à obtenção de resultados satisfatórios para a Educação Física. A transcrição de duas sugestões ao legislativo e ao executivo, demonstra as prescrições da ABDR:

“6) Propor aos executivos que nenhuma área de recreio existente, inclusive das unidades escolares, seja destinada a outro fim que não o da Educação Física e da recreação.

7) Propor aos executivos que, em toda a unidade escolar a ser construída, se reserve uma área livre para a Educação Física e a Recreação” (ABDR, 1971:11).

Porém estas concepções engendraram uma nítida divisão entre o fazer e o saber, entre o espaço intelectual e o espaço das práticas corporais, além do que propor a exclusividade de espaços, tenderia a contribuir para provocar uma fragmentação na escola. Ao mesmo tempo, estendia para a escola atitudes que talvez não lograssem os resultados esperados.

*“Os autores pioneiros sobre das reflexões sobre os espaços públicos de lazer compreendiam-nos como uma boa solução para minimizar os problemas desencadeados pela modernidade, possibilitando intervenção nas áreas de saúde e higiene do espaço urbano. Eram críticos em relação às injustiças sociais que as ocasionavam, acreditando que bastava a administração de um remédio eficaz que ‘mascarasse’ os sintomas: as **atividades recreativas**. Uma visão enfim funcionalista, de adequação social, e não de superação efetiva do problema” (Melo & Alves Júnior, 2003:16).*

Dentro dos debates promovidos no interior da *Revista*, o artigo de Jacintho Targa, inserido na edição de número 28 no ano de 1975, traz à luz conhecimentos oriundos da fisiologia do esforço, para justificar a importância das aulas de Educação Física escolar. Desta forma, os exercícios deveriam ser graduados do mais fácil ao mais difícil, a fim de que houvesse uma melhor adaptação dos organismos.

O autor continua sua reflexão, dizendo que os objetivos da Educação Física se circunscrevem na aprendizagem, através do domínio do corpo, e no comportamento dos indivíduos, visando:

“... procurar despertar no educando o gosto pela atividade física oferecida, de modo a criar nele a conscientização da necessidade do exercício para um melhor rendimento na sua profissão ou nos estudos e uma boa preparação para uma boa ocupação das horas de lazer (recreação)” (Targa, 1975: 55).

A sistematização da aptidão física como elemento norteador das aulas de Educação Física, resulta na representação de que os exercícios físicos sejam adotados como recursos para a obtenção do lazer. Os êxitos dependem da motivação dos alunos e a atuação do professor de forma criteriosa e bem planejada, garantiria, por meio do treinamento desportivo, o bom uso das horas de lazer.

Revela-se durante todo o discurso de Targa, o papel funcionalista assumido nas aulas de Educação Física, pois existem recomendações explícitas da forma em que o educador deve atuar na preparação dos alunos para o lazer, capacitando-os a adquirirem condições necessárias para se enquadrarem às exigências socioeconômicas e políticas da sociedade, e neste sentido, o emprego adequado de atividades físicas, prepararia os futuros profissionais, já que “quando são possuidores de um bom físico, são mais eficientes para agüentar a dureza de certos trabalhos exigidos pela profissão”. (Targa, 1975:61).

Outra questão que fica bem clara nas exposições do autor é a diferenciação de gênero, aliada a uma maturação biológica bem definida. Ao mesmo tempo em que o autor sugere a participação dos alunos na criação de atividades, o que sem dúvida é um avanço diante dos receituários da pedagogia tecnicista, há a orientação de atividades mais calmas e tranquilas, que sejam coerentes com a alma feminina, a dança especialmente, enquanto para os homens, são propostos jogos com bola, musculação e acrobacias, seguindo uma lógica rígida, de acordo com a idade de cada criança. Estes fatores, portanto, nunca são acompanhados de críticas ao modelo social, pois se ignoram as desigualdades existentes, como se a implementação dos exercícios propostos pelo autor ocorresse harmonicamente em qualquer ambiente escolar e, sendo assim “não é importante lutar pela democratização do ensino, pela apropriação do trabalho pelo trabalhador, pela mudança da ordem social injusta, porque o lazer *compensa* tudo” (Marcellino, 1987:50).

Targa acrescenta que a exploração da natureza (excursões, natação nos rios, pesca, acampamentos), bem como atividades artísticas, culturais, literárias, etc. são ações educativas interessantes. Estes campos, efetivamente, fazem parte do universo do lazer, porém em sua justificativa, encontra-se sempre a função de servir à boa preparação para as horas de ócio, para não incorrer nos riscos de se cair nas “fileiras da juventude transviada” (Targa, 1975:62) e, para tanto, segue-se o princípio do utilitarismo do trabalho físico, nomenclatura definida pelo próprio autor.

Denota-se portanto uma visão ao mesmo tempo moralista e utilitarista do lazer, além do que as práticas se encerram nelas mesmas, ou seja é administrado o movimento pelo movimento, sem que haja a sua contextualização e, desta forma ignoram-se os fatores históricos presentes no fazer dos sujeitos, bem como as contradições sociais.

Percebe-se que os artigos que tratam da recreação e do lazer, na *Revista*, estão direcionados a uma visão humanista. Porém, dentro desta humanização, encontram-se pensamentos voltados à conformação do homem à sua condição social, negam-se as contradições e, mesmo que em alguns momentos, a constituição da sociedade moderna seja

condenada, realçando-se os efeitos que a industrialização e a produtividade causaram nas pessoas e na sociedade, a recreação e o lazer deveriam nestas ocasiões, atuar como mecanismos de ordenação social, coerentemente com a lógica desenvolvimentista preconizada pelo governo militar e, para que o progresso ocorresse, era necessário que não se questionassem os aspectos sociais decorrentes de um regime que se pautava pela força e repressão.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECREAÇÃO. II Seminário de Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n.11, 1971, pp. 7-18.

COSTA, Lamartine Pereira da. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte Para Todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, 1977, pp. 5-12.

_____. As atividades do Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 38, 1978, pp. 16-21.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, 1977, pp. 13-27.

FERREIRA NETO, Amarílio. et al. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. In: *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (1930 – 2000)*. 1. ed. Vitória, E.S: Proteoria, 2002. Disponível em: <http://www.proteoria.org> . Acesso em 10 jan 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2000

MELO, Victor Andrade. ALVES JÚNIOR, Edmundo de Andrade. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação- Pontifícia Universidade Católica, SP, 2001.

RAMOS, Jayr Jordão. O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador. *Boletim Técnico Informativo*. Brasília, n. 5, 1968, pp. 63-70.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória limites e perspectivas*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

TARGA, Jacintho F. Princípios da Educação Físico-Desportivo-Recreativa para o ciclo fundamental. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 28, 1975, pp. 52-64.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.